

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de elementos de filtragem de ar (filtros) das Unidades Internas do Sistema de Climatização VRF, do Edifício Sede da ANTAQ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Filtro de ar de Unidade Interna (evaporadora); Tipo: Cassete 2 vias Código: 17B25334A; MODELO: RCD-3.0FSG1; Marca: HITACHI.	Não encontrado	un	20	R\$ 239,04	R\$ 4.780,86
2	Filtro de ar de Unidade Interna (evaporadora); Tipo: Cassete 2 vias Código: 17B25335A; MODELO: RCD-5.0FSG1 / RCS-4.0FSG1; Marca: HITACHI.	Não encontrado	un	56	R\$ 161,09	R\$ 9.020,88

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A empresa ENTHERM – Engenharia de Sistemas Termomecânicos Ltda (CNPJ 00.681.882/0001-06), enviou RELATÓRIO TÉCNICO DE SITUAÇÃO DOS FILTROS DAS UNIDADES INTERNAS DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO VRF – ANTAQ (Revisão 00), assinado pelo Engenheiro Mecânico DIOGO RODRIGUES PELLERES (CREA 17999/D-DF), em 23 de agosto de 2019.

2.2. Este Relatório trata da Vistoria Técnica realizada em 08 de agosto de 2019, para levantamento do quantitativo e especificação dos elementos de filtragem de ar (filtros) das Unidades Internas, também denominadas EVAPORADORAS, do Sistema VRF que integra o Sistema de Climatização do Edifício Sede da ANTAQ.

2.3. O levantamento identificou que o Sistema de Climatização é composto por equipamentos do tipo VRF (*Variable Refrigerant Flow*), fabricado pela empresa HITACHI, com unidades condensadoras instaladas de forma enclausurada, com duas casas de máquinas por pavimento (face Leste e face Oeste) da edificação. Apresentou a Relação dos Filtros a serem substituídos e a conclusão de que a substituição deles é de vital importância para a qualidade do ar, tendo em vista a sua função na retenção de microrganismos e demais elementos nocivos à saúde, os quais estão em suspensão no ar climatizado da ANTAQ.

2.3.1. Quanto ao Filtro de ar de Unidade Interna (evaporadora), tipo Cassete 2 vias, código 17B25334A, modelo RCD-3.0FSG1, da marca HITACHI, apontado no Relatório da ENTHERM como necessário de ser substituído, tomamos conhecimento de que o fabricante descontinuou (tirou de linha de fabricação) este produto, motivo de não o termos localizado em nenhum dos fornecedores contatados.

TERMO DE REFERÊNCIA

- 2.4. Em relação ao prazo de entrega do objeto, de que trata o Subitem 4.1, adotou-se o prazo de 180 (cento e oitenta) dias em virtude da pesquisa realizada junto aos fornecedores.
- 2.5. É importante ressaltar que esta Coordenadoria adotou todas as medidas necessárias à melhor solução para os problemas do equipamento de Ar Condicionado do edifício Sede da ANTAQ, respeitando os princípios da legalidade e da economicidade.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1. O objeto tratado neste Termo de Referência é classificado como Bem Comum, nos termos do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei nº 10.520/2002, bem como do parágrafo 1º, do artigo 2º, do Decreto nº 5.450/2005, podendo, portanto, ser utilizada a modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica, ou dispensa de licitação, conforme o caso, para sua aquisição.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 4.1. O prazo de entrega do objeto é de **180 (cento e oitenta) dias**, contados do **empenho e requisição da Administração ou Assinatura do contrato**, em remessa única, no seguinte endereço:

SEPN - Quadra 514 - Conjunto "E" - Edifício ANTAQ – CEP 70760-545 – Asa Norte - Brasília/DF
--

- 4.2. O objeto será recebido provisoriamente, no prazo de **15 (quinze) dias**, pelo responsável designado para acompanhar e fiscalizar o contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 4.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de **5 (cinco) dias**, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.4. O objeto será recebido definitivamente, no prazo de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

TERMO DE REFERÊNCIA

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
 - 5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - 5.1.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - 5.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.2.A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1.A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;
 - 6.1.1.1. A garantia deverá ser de pelo menos 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação;
 - 6.1.1.2. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando couber;
 - 6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
 - 6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 6.1.4. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
-

TERMO DE REFERÊNCIA

6.1.5. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação com a administração pública;

6.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do presente objeto.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do artigo 67, da Lei nº 8.666/1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70, da Lei nº 8.666/1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

TERMO DE REFERÊNCIA

- 10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA que:
 - 10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 10.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
 - 10.1.5. Cometer fraude fiscal;
 - 10.1.6. Não mantiver a proposta.
 - 10.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
 - 10.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;
 - 10.2.2. Multa moratória de **0,33% (zero ponto trinta e três por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias;
 - 10.2.3. Multa compensatória de **5% (cinco por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 10.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 10.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
 - 10.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
 - 10.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 10.1 deste Termo de Referência;
 - 10.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;
 - 10.3. As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.3.3, 10.3.4 e 10.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
 - 10.4. Também ficam sujeitas às penalidades do artigo 87, incisos III e IV, da Lei nº 8.666/1993, as empresas ou profissionais que:
 - 10.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
-

TERMO DE REFERÊNCIA

- 10.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
 - 10.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
 - 10.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999.
 - 10.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
 - 10.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
-